UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

HALLYNNE LEANDRO RODRIGUES ALVES

PERSPECTIVA E PRÁTICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO NA PARAÍBA

Cuité

2014

HALLYNNE LEANDRO RODRIGUES ALVES

PERSPECTIVA E PRÁTICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO NA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha de pesquisa específica em Educação Alimentar e Nutricional.

Orientadora: Profª. Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso

Cuité

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

A474p Alves, Hallynne Leandro Rodrigues.

Perspectiva e prática dos professores de educação alimentar e nutricional dos cursos de graduação em nutrição da Paraíba. / Hallynne Leandro Rodrigues Alves. – Cuité: CES, 2014.

66 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2014.

Orientadora: Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso.

1. Educação alimentar. 2. Educação nutricional. 3. Nutrição - curso de graduação. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCG CDU 612.3

HALLYNNE LEANDRO RODRIGUES ALVES

PERSPECTIVA E PRÁTICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO NA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha de pesquisa específica em Educação Alimentar e Nutricional.

Aprovado em ___ de_____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Professora Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso

Orientadora - Universidade Federal de Campina Grande

_____

Professora Msc. Poliana de Araújo Palmeira

Examinadora - Universidade Federal de Campina Grande

_____

Professora Msc. Michelle Cristine Medeiros da Silva

Examinadora - Universidade Federal de Campina Grande

Cuité/PB

2014

A Deus e aos meus pais, Antônio de Pádua Rodrigues e Asenate Leandro,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo coração e entendimento ao nosso Deus, por, nos seus propósitos, ter predestinado este caminho e esta conquista para minha vida, portanto, a Ele seja toda Honra e Glória! À minha amada família, agradeço por me amar e, também, por demonstrar este amor apontando-me o caminho do conhecimento, da sabedoria e da educação. Não posso deixar de mencionar meu noivo Emerson Fausto por, em meio a esta luta, ter se portado como um verdadeiro ajudador e cooperador.

Quanto a minha orientadora Vanille Pessoa, não apenas sou grata como também a reverencio por seu esforço e postura de uma verdadeira educadora. Às professoras que participaram desta pesquisa, desejo também expressar minha gratidão por toda a cooperação e disponibilidade para contribuir com o crescimento da educação no nosso estado.

Ainda desejo expressar minha gratidão a todos os meus amigos e irmãos em Cristo que estiveram presentes durante esta fase da minha carreira e, por fim, agradeço a minha querida “Turma das nove” por todo companheirismo e afirmo que nossa vivência já se tornou um marco em minha história.

Educadores, onde estarão? Em que covas terão se escondido? Professores há aos milhares. Mas o professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança.

Rubem Alves

RESUMO

ALVES, H. L. R. **Perspectiva e prática dos professores de educação alimentar e nutricional dos cursos de graduação em nutrição na Paraíba.** 2014. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2014.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) tem passado por várias etapas no Brasil, tanto no que diz respeito ao seu conceito e importância, quanto na forma de ser aplicada no contexto social. Hoje, porém, reconhece-se que a alimentação é um tema atual e que sua ação educativa é de extrema importância em todas as áreas de atuação (MORIN, 2000; SANTOS, 2012). Para que a EAN cumpra sua finalidade, o profissional que detém a ação da Educação Nutricional como atividade privativa deve ter uma formação que lhe prepare a assumir os desafios desta prática. No entanto, pesquisas mostram a pouca ênfase dada às disciplinas das áreas de ciências humanas no curso de Nutrição (COSTA, 1999) e ressaltam ainda que a pesquisa em EAN não apresenta tradição no campo da Nutrição (BOOG, 2011). Sendo assim, este estudo teve por objetivo apreender a percepção dos professores de Educação Nutricional do curso de Nutrição, que lecionam em instituições de ensino superior, públicas e privadas, na Paraíba a respeito da formação em Educação Alimentar e Nutricional. Tratou-se de uma pesquisa descritiva, transversal e de abordagem quanti-qualitativa, onde os docentes da disciplina Educação Nutricional foram submetidos a uma entrevista semiestruturada e responderam a um questionário, como também o (a) coordenador do curso de Nutrição respondeu um questionário. Foram encontradas sete instituições que possuem o curso de Nutrição na Paraíba, sendo que destas, cinco participaram da pesquisa. Encontrou-se que, apesar de haver um avanço na metodologia de ensino da disciplina Educação Nutricional, ainda há limitações que podem interferir na qualidade da formação do nutricionista enquanto educador.

Palavras chave: Educação Alimentar e Nutricional. Ensino Superior. Educação em Saúde.

ABSTRACT

ALVES, H. L. R. **Perspective and practice of food and nutritional education teachers of undergraduate courses in nutrition in Paraíba.** 2014. 66f. Completion of course work (undergraduate Nutrition).

The Food and Nutrition Education (FNE) has passed through several stages in Brazil, with regard to its concept and importance, and in order to be applied in the social context. Today, however, it is recognized that food is a current topic and its educational action is extremely important in all areas of activity (Morin , 2000; SANTOS , 2012) . For FNE meets its purpose, the professional who holds his action as private activity must have training that prepares him to take on the challenges of this practice . However , researches shows the little attention that has been given to the disciplines of humanities sciences in Nutrition course (COSTA , 1999) and also emphasize that research in Food and Nutrition Education has no tradition in Nutrition field (BOOG , 2011) . Therefore, this study aimed at learning the teachers' perception of Nutritional Education and Nutrition Course , who teach in higher public and private educational institutions in Paraiba about formation in Food and Nutrition Education . This was a descriptive, cross-sectional survey and qualitative - quantitative approach, where the teachers of the Nutrition Education discipline underwent a semistructured interview and answered a questionnaire, as well as the Nutrition course coordinator answered a questionnaire. Seven institutions that have the Nutrition course in Paraíba, however , five participated in the survey . It was concluded that, despite a breakthrough in the methodology of teaching the Nutrition Education discipline, there are still limitations that can affect the quality of training nutritionists as an educator.

Keywords: Food and Nutrition Education, Higher Education, Health Education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 10
2 OBJETIVOS..... 13
2.1 OBEJETIVO GERAL..... 13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 13
3 REFERENCIAL TEÓRICO..... 14
3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL..... 14
3.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO DISCIPLINA E A FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA..... 17
3.3 MARCO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA POLITICAS PÚBLICAS..... 20
4 METODOLOGIA..... 24
4.1 TIPO DE ESTUDO..... 24
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO..... 24
4.3 CRITÉRIO DE EXCLUSÃO..... 24
4.4 INSTRUMENTOS..... 24
4.5 COLETA DE DADOS..... 25
4.5.1 Apresentação e envio dos instrumentos de pesquisa..... 25
4.5.2 Realização das entrevistas..... 25
4.6 TRATAMENTO DOS DADOS..... 26
4.7 ASPECTOS ÉTICOS..... 27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 28
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES..... 28
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE NUTRIÇÃO E DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL..... 29
5.3 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL SOB OS DIVERSOS OLHARES..... 35
5.3.1 Conceito sobre Educação Alimentar e Nutricional..... 35
5.3.2 Objetivos da disciplina..... 37
5.3.3 Diferenças e Semelhanças entre Termos Consagrados: Orientação Nutricional X Educação Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional X Educação Nutricional..... 40

5.3.4 Educação Alimentar e Nutricional inserida em outras disciplinas 44
5.3.5 O professor e a disciplina "Educação Nutricional": capacitação e atuação em EAN..... 46
5.3.6 Critérios de avaliação utilizados pelo professor 48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 50
REFERÊNCIAS..... 51
APÊNDICES..... 56

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) percorreu um longo caminho, passando por diversas fases, tanto no que diz respeito ao seu conceito e importância, quanto na forma de ser aplicada no contexto social. No entanto, hoje se tem o consenso de que a alimentação é uma temática importante e atual e que não há mais como excluir a ação educativa deste tema (MORIN, 2000; SANTOS, 2012).

A comprovação da relevância da EAN na atualidade pode ser vista, entre outras questões, por meio da necessidade da existência de uma sociedade com condições de alimentação favoráveis à saúde, sendo uma estratégia para promoção da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) e compondo ações para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Contudo, para que isto seja efetivado, é importante lembrar que o profissional que possui a responsabilidade dessas ações deve considerar, respeitar e valorizar os limites e as possibilidades da educação, entendendo-a como processo e não como produto (BOOG, 2011).

Embora a Lei Federal nº 8.234/91, que regulamenta a profissão de nutricionista, afirme em seu artigo terceiro que a Educação Nutricional é considerada atividade privativa desse profissional, Boog (2011) interpreta que quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 instituiu para as universidades autonomia na fixação dos currículos dos cursos e programas, eliminando a exigência de um currículo mínimo, a disciplina Educação Nutricional pode até não existir no currículo da formação do mesmo, entendendo que não há a obrigatoriedade da existência da mesma. Esta interpretação gera uma discussão importante sobre a formação do nutricionista no campo da educação, assim como o questionamento sobre a exclusividade do nutricionista em abordar o componente Educação Alimentar e Nutricional.

Ainda sobre o aspecto da formação do nutricionista como educador, importa destacar que apesar do foco pedagógico apresentado no ensino da Nutrição, presente em disciplinas da formação do nutricionista desde suas origens, estudos vêm mostrando ao longo do tempo que é dada pouca ênfase às disciplinas das áreas de ciências humanas neste curso (COSTA, 1999), como também, tem se observado que a pesquisa em EAN não apresenta, ainda, tradição no campo da Nutrição (BOOG, 2011). Somando-se a isto, é sempre presente nos eventos e

estudos sobre a formação do nutricionista, a verificação da existência de uma distância entre os fatores biológicos e os sociais nos currículos (COSTA, 1999).

Pensando em formar nutricionistas educadores, é importante também ressaltar alguns aspectos do campo da EAN que devem ser contemplados no decorrer do curso. Um deles é o espaço que esta vai ocupar dentro da graduação em Nutrição, devendo ser objeto de debate e consenso entre o corpo docente, pois a formação para a educação não pode ser responsabilidade de uma só disciplina (BOOG, 2011).

As políticas e programas que possuem interface com as ações de EAN levantam a necessidade da formação do profissional nutricionista com habilidades para atuar nestes espaços e por esta razão os projetos pedagógicos dos cursos de nutrição precisam trabalhar as temáticas que envolvem a EAN de maneira transversal. Além disto, é importante considerar que o docente responsável pela disciplina de Educação Nutricional deve ter uma formação sólida em nutrição e em educação, ou educação em saúde, para que assim possa ser possível elaborar seus planos de aula e avaliações coerentes com um pensamento pedagógico transformador e libertador (BOOG, 2011, FREIRE, 1987).

Vale a pena ressaltar ainda, a importância da disciplina responsável por tratar dos assuntos relacionados à EAN abranger um conteúdo prático que possibilite aos alunos a interação com grupos e com pessoas reais, exigindo algum tipo de intervenção que será construída a partir do estudo da realidade e na relação dos acadêmicos com os educandos. As intervenções podem ser com a população, com os grupos ou com as pessoas atendidas individualmente, importando que o graduando em nutrição compreenda a dimensão da educação nesses três níveis e que esteja preparado para atuar em qualquer um deles (BOOG, 2011).

Desta forma, considerando este contexto atual, fazem-se necessários estudos que abordem o tema de maneira a contribuir para uma melhor estruturação da disciplina Educação Nutricional, assim como para a formação do profissional nutricionista-educador.

E é nesta perspectiva que esta pesquisa está inserida, no intuito de contribuir com a formação em Educação Alimentar e Nutricional no estado da Paraíba, levando em consideração o fato de que a educação no campo da Nutrição acontece em um palco de muitas contradições, não havendo uma linearidade de conduta a ser seguida. Pois, existe uma série de demandas que conduzem a necessidade de

muitas mudanças, não apenas na conduta alimentar, mas na maneira de pensar e de sentir os fatos alimentares, levando em consideração que cada indivíduo tem seu tempo e ritmo para entender e incorporar as adaptações. E é por isto que se faz necessário que o educador em Nutrição compreenda essas relações e identifique as suas responsabilidades na formação do outro.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Apreender a perspectiva dos professores de Educação Nutricional do curso de Nutrição das instituições de ensino superior, públicas e privadas, da Paraíba, sobre a formação em Educação Alimentar e Nutricional.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as características da disciplina de Educação Nutricional das Instituições de Ensino Superior da Paraíba;
- Descrever características referentes ao curso de Nutrição;
- Identificar a formação e titulação do docente responsável pela disciplina de Educação Nutricional;
- Observar a presença do componente Educação Alimentar e Nutricional nas outras disciplinas e também nos estágios do curso de Nutrição, por meio do olhar do docente da disciplina de Educação Nutricional;
- Analisar a percepção dos docentes responsáveis pela disciplina Educação Nutricional sobre conceito e objetivos da Educação Alimentar e Nutricional e sobre as diferenças e semelhanças entre termos consagrados;
- Conhecer quais os critérios de avaliação utilizados pelos docentes da disciplina Educação Nutricional.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Respeitando as contradições próprias do complexo fenômeno da alimentação, Boog (2011) procurou sintetizar o propósito e o significado de Educação Alimentar Nutricional (EAN), enquanto disciplina e área de conhecimento da seguinte forma:

> A educação alimentar e nutricional consiste na busca da construção de conceitos e de estratégias para impulsionar a cultura e a valorização da alimentação, concebidas no reconhecimento da necessidade de respeitar, mas também modificar crenças, valores, atitudes, representações, práticas e representações sociais que se estabelecem em torno da alimentação, visando acesso econômico e social dos cidadãos a uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, que atenda aos objetivos de promoção e recuperação da saúde, sustentabilidade ambiental e convívio social. É uma busca compartilhada (entre educadores e educandos), de novas formas e novos sentidos para o ato de comer, por meio da qual as pessoas possam construir valores, construir conhecimentos, ressignificar práticas e desenvolver estratégias que lhes proporcionem condições para alimentar-se saudavelmente, mas também transgredir regras sobre práticas saudáveis, com responsabilidade e temperança, de maneira a não se privar do sabor da vida. (BOOG, 2011, p. 78)

Lima (2004) conceitua a EAN como um processo educativo no qual, através da união de conhecimentos e experiências do educador e do educando, vislumbra-se tornar os sujeitos autônomos e seguros para concretizarem suas escolhas alimentares de forma que garantam uma alimentação saudável e prazerosa, propiciando, então, atendimento de suas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais. Manço e Costa (2004) afirmam ser visível a importância da área enquanto atribuição explícita do nutricionista e que o trabalho deste profissional deve ser realmente voltado à EAN, permitindo que se possa fazer o exercício de distinção da prática da Educação Alimentar e Nutricional e da Orientação Nutricional.

O conceito, bem como, a importância da EAN nem sempre detiveram a abrangência e reconhecimento apontados aqui, por isso faz-se necessário um resgate histórico da sua trajetória no Brasil.

As primeiras iniciativas documentadas no campo da EAN datam da década de 1930 (LIMA, 1998) e aconteceram, principalmente, no Rio de Janeiro. Durante o Estado Novo, a Educação Alimentar, como era chamada, nasceu com a perspectiva de ser uma alavanca que determinaria mudanças significativas nas condições de

alimentação da população, sendo considerada uma das colunas dos programas governamentais de proteção aos trabalhadores (L'ABBATE, 1988).

No final da década de 1930 e início de 1940, junto ao regime ditatorial de Getúlio Vargas, as intervenções foram rápidas e ousadas: tornou-se obrigação legal instalar refeitórios em empresas com o número de empregados acima de quinhentos, e foi criado, em 1940 o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), sendo este o primeiro órgão de política de alimentação do Brasil, que tinha como um dos objetivos a formação, na população, de uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas da alimentação. Em 1940 foi criada a Sociedade Brasileira de Alimentação, responsável por organizar o saber científico para que ele servisse de referencial na orientação das intervenções públicas (STEFANINI, 1997) e, em 1943, sob responsabilidade do Saps, foram criados os primeiros cursos de formação de visitadoras de alimentação (ARRUDA; ARRUDA, 2007).

As ações educativas efetivavam-se por meio de impressos, boletins, livros infantis abordando noções de nutrição e também visitação domiciliar. Era importante também, a inclusão de aulas de alimentação na escola primária, a criação de uma disciplina de Nutrição e Dietética nas Escolas Normais e a realização de festas periódicas dedicadas à alimentação, nas escolas (COSTA, 1963).

A educação realizada pelas visitadoras de alimentação, cujo trabalho consistia em visitar cada casa uma vez por semana durante um mês, realizando a Educação Alimentar no interior do domicílio, foi violentamente repudiada por alguns cidadãos, que nela viam como invasão da privacidade (CASTRO, 1984).

Após a Segunda Guerra Mundial, veio para o Brasil algumas intervenções na área de nutrição motivadas pela política econômica nacional e internacional, principalmente a norte-americana. Na época, havia cereais estocados em uma grande quantidade, consequência do incremento da produtividade agrícola decorrente da revolução verde, da mecanização da agricultora e do uso de fertilizantes e defensivos. Este excedente agrícola fez com que o preço dos cereais sofresse queda no mercado internacional, sendo isto indesejável para os produtores. Para que se reduzisse o excedente estocado, para manutenção da estabilidade dos preços, o governo norte-americano criou programas de ajuda alimentar internacional, por meio dos quais produtos agrícolas eram enviados à países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. Para garantir o sucesso dessa estratégia, a Educação Alimentar foi convocada a intervir, visando induzir a população a consumir

não aquilo que desejava ou precisava, mas aquilo que legitimaria o recebimento desse auxílio externo (ARRUDA e ARRUDA, 2007; GEORGE, 1978; CASTRO e PELIANO, 1985).

Na década de 1950, a Educação Alimentar esteve muito atrelada ao programa de merenda escolar; às campanhas que visam à utilização dos produtos recebido do exterior e a utilização de alimentos destinados à suplementação alimentar (COSTA, 1963). Percebe-se claramente que, nesse período, a política econômica motivou diretrizes para as ações de Educação Alimentar, algumas orientações dadas à população atendia a interesses da indústria de alimentos, chegando até a desestimular o aleitamento materno (REA, 1990).

Durante o regime militar, as políticas de alimentação no I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento foram norteadas pelo pensamento técnico-científico da época e as medidas adotadas privilegiavam a suplementação alimentar, a racionalização do sistema produtor de alimentos e o combate a carências nutricionais específicas (ARRUDA; ARRUDA, 2007).

Na década de 70, pesquisas relacionando o consumo alimentar a renda chegaram a conclusão de que o principal fator obstáculo à alimentação adequada era somente a renda. Como resultado disto o pressuposto de que o consumo inadequado de alimentos era devido à falta de conhecimentos, ideia que até então dirigira as ações de Educação Alimentar pelo binômio alimentação/educação, foi substituído pela ideia de que o problema alimentar era gerado exclusivamente pela falta de poder aquisitivo. Sendo assim, o princípio orientador das políticas passou a ser o binômio alimentação/renda (ALVES, 1977; SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, 1990). Neste momento, a educação passou a ser chamada de “Educação Nutricional” e não mais “Educação Alimentar” (WESTPHAL; LIMA; DUARTE, 2005).

A tese de que a má alimentação era estritamente um problema de poder aquisitivo foi abalada, na década de 1990, quando a obesidade apresentou-se como problema de saúde pública. Junto com ela, o crescimento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis, que exigem modificações dietéticas, as quais, por sua vez, demandam um tipo de atenção profissional específica que se faz por intermédio da ação educativa. Contudo, os nutricionistas sentiam-se despreparados para essa atuação, pois a bagagem que trouxeram da graduação era restrita (TURATO, 2005). Sendo assim, foi lançado um livro, na década de 1980, *Educação nutricional*: planejamento, execução e avaliação de programas que embasou a disciplina de

Educação Nutricional nos cursos de Nutrição por mais de uma década (MOTTA; BOOG, 1988).

Atualmente, o contexto que envolve a Educação Alimentar e Nutricional, no Brasil, está ancorado no Direito Humano a Alimentação Adequada, onde se tem este direito cumprido através da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que esta tem na prática da EAN a sua estratégia norteadora. Pode-se perceber como resultado de sua prática, a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como a valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável (BRASIL, 2012).

3.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO DISCIPLINA E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE NUTRIÇÃO

As Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Nutrição (DCNCN), instituídas pelo Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Superior (Parecer n.5 de 7/11/2001), decidem que os conteúdos curriculares desse curso contemplem as ciências sociais e humanas, que são áreas de conhecimentos que abordam a educação. Além disso, as Diretrizes instituem que o ensino deve ser crítico, reflexivo, criativo e que deve conter atividades teóricas e práticas desde o início, assegurando a definição de estratégias pedagógicas que articulem ensino/pesquisa/extensão-assistência (BRASIL, 2001). Porém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) instituiu para as universidades autonomia na fixação dos currículos, dos cursos e programas, eliminando as exigências de um currículo mínimo.

Sendo assim, mesmo não sendo uma disciplina obrigatória, a Educação Nutricional está presente na grade curricular dos cursos de Nutrição com cargas horárias variáveis e com ou sem carga horária destinada à prática. A disciplina é desenvolvida de forma muito pragmática, em alguns casos, em detrimento de uma formação teórica. A primeira preocupação, portanto, deve ser com o embasamento teórico dado à disciplina (BOOG, 2011).

Um estudo realizado em 1992 fez uma análise das teorias empregadas em pesquisas na área de Educação Nutricional no período de 1980 a 1990, concluiu-se

que apenas 23,5% dos trabalhos se apoiaram em alguma teoria. As autoras do estudo recomendaram a geração de teorias que fornecessem modelos explicativos desse objeto de estudo, para que assim, haja contribuição no tocante ao embasamento teórico das futuras pesquisas (ACHTERBERG; CLARK, 1992). Em 2004, 14 anos depois, outro estudo afirmou a inexistência de uma teoria específica para Educação Alimentar e Nutricional, mas enfatiza a necessidade de as pesquisas nessa área serem fundamentadas em teorias da área de ciências humanas (ACHTERBERG; MILLER, 2004).

Mais recentemente, Franco (2006) realizou um estudo nos cursos de Nutrição do estado de São Paulo e investigou como se dá o ensino da disciplina de Educação Nutricional, entrevistando os docentes responsáveis por seu conteúdo. Foi possível perceber, entre outras questões, que não há sequer um consenso a respeito da bibliografia básica utilizada para esta disciplina. Outra questão considerada importante é o projeto pedagógico do curso, premissa que precede o estabelecimento de objetivos de uma disciplina, sendo necessário haver o entendimento de que a disciplina de Educação Nutricional não formará isoladamente, um educador, se esse propósito não for assumido pelo conjunto de professores, em face de um projeto pedagógico que contemple esse objetivo (BOOG, 2011).

Ramos (2004 apud Boog, 2011) em sua pesquisa “A educação nutricional sob o olhar dos docentes do curso de nutrição” afirmou que a formação do nutricionista, embasada nas diretrizes curriculares, para o trabalho em Educação Alimentar e Nutricional, deve ser assumida com uma responsabilidade de todos os docentes do curso de Nutrição, não dependendo apenas de uma disciplina. Sendo assim, embora haja no curso de Nutrição uma disciplina específica à qual compete ensinar aspectos teórico-metodológicos da EAN, o preparo do discente para exercer o papel de educador deve permear transversalmente a sua formação e ser devidamente valorizado em todas as disciplinas, especialidades e campos de estágio (BOOG, 2011).

A preparação para a tarefa de educar, segundo Boog (2011), pressupõe uma formação como educador, já que atuar como educador, independente do que se ensine, significa uma forma de ser e de existir em sociedade. Vê-se, ainda, que a problematização da realidade confere à educação um caráter político, pois à medida que se questiona o estabelecido (existência, relações de trabalho, relações

familiares, sociedade, futuro) questiona-se também as relações de poder e de opressão, sendo assim, a educação é a ferramenta de empoderamento e, em si tratando de EAN, empoderamento para o auto cuidado para que haja efetivamente promoção da saúde.

Em 2008, Boog relata as críticas que têm sido formuladas em relação à formação do nutricionista, em virtude de estar sobrecarregada pelas ciências biológicas, em detrimento de uma formação mais sólida em aspectos político-sociais (BOOG, 2008a). Vemos também, que Costa (1999), após a percepção das discrepâncias entre o perfil dos egressos e as transformações ocorridas na sociedade, relatou a necessidade do compromisso do profissional com a transformação dessa sociedade.

Motta, Oliveira e Boog (2003) analisaram o perfil do profissional de 42 cursos de Nutrição divulgados em sites das instituições que oferecem graduação em Nutrição e identificaram escassas menções sobre o caráter crítico e o compromisso com as transformações sociais. Atrelado a isso, a formação ética e humanística apareceu como um dos itens menos valorizados na divulgação dos cursos. O que predominou foi a identificação do nutricionista como profissional da saúde e, sobretudo, a valorização do mercado de trabalho.

O resgate histórico de pesquisas sobre a formação demonstra que a falta de mecanismos concretos para a articulação dos conhecimentos biológicos e sociais é limitada pela deficiência de uma análise crítica da realidade da formação, da prática profissional e da totalidade social (COSTA, 1999). Canesqui e Garcia (2005) concluíram que na formação básica do nutricionista pesam as disciplinas das áreas biológicas e da saúde, que somam em média, conjuntamente, 26,57% da carga horária total, enquanto as ciências humanas e sociais respondem em média por apenas 8,58% e as disciplinas profissionalizantes pesam 59,68% do total curricular. Isto marca um perfil mais centralizado na formação técnica, em que a saúde pública participa com 11,32% da carga horária curricular, restando portanto os 5,66% para as áreas de exatas e outras.

Amorim, Moreira e Carraro (2001) afirmaram que os cursos de graduação devem se preocupar em formar profissionais que, além da competência técnica, sejam capazes de compreender a realidade dentro de um contexto histórico mais amplo e que tenham habilidade para pensar a construção de uma nova sociedade. Como as intervenções de EAN podem ser com a população, com os grupos ou com

pessoas que são atendidas individualmente, o aluno deve compreender a dimensão da educação nesses três níveis e ser preparado para atuar em qualquer um deles. No que diz respeito ao docente, ele deve ter uma formação sólida em Nutrição e em Educação ou Educação em Saúde, e seu sistema de avaliações precisa ser coerente com o pensamento pedagógico dos autores que embasarão a disciplina (BOOG, 2011).

Educação Alimentar e Nutricional não é uma tarefa fácil, nem como disciplina, nem como atuação profissional. Sua complexidade exige aprofundamento na compreensão dos significados das pequenas-grandes tarefas do cotidiano relacionadas com a alimentação, e a convicção de que por intermédio de educação de boa qualidade é possível reduzir o sofrimento humano causado por enfermidades, o gasto público com o tratamento delas, e melhorar a qualidade de vida do ser humano através da promoção da saúde (BOOG, 2011).

3.3 MARCO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA POLITICAS PÚBLICAS

Atualmente, a Educação Alimentar e Nutricional vem se destacando como uma estratégia fundamental para enfrentar os novos desafios nos campos da saúde, alimentação e nutrição, tendo em vista a sua crescente importância no contexto da promoção da saúde e da alimentação saudável (SANTOS, 2012), sendo possível também, observar sua presença nas discussões que envolvem os documentos que elaboram as políticas públicas no campo da alimentação e nutrição no Brasil. (SANTOS, 2005). Vê-se, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que a EAN se destaca enquanto ação governamental, prevista como uma ação estruturante na Estratégia Fome Zero, desempenhando uma função essencial para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em todas as suas dimensões, percorrendo desde a produção até o consumo dos alimentos, na promoção de hábitos alimentares adequados e saudáveis (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

Na esfera do Ministério da Saúde, a Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN), alocada no Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde, tem, também, ampliado as discussões em torno do tema. No bojo da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), da Política

Nacional e da Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, a CGPAN prioriza as ações de Promoção da Alimentação Saudável no qual a EAN aparece como ponto chave no seu campo de atuação. Deste modo, a Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN) visa promover a EAN buscando a alimentação adequada e saudável no sentido de prazer cotidiano, de modo a estimular a autonomia do sujeito e a mobilização social, valorizar e respeitar as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos sociais e etnias na perspectiva da SAN e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

No âmbito do Ministério da Educação, vale lembrar que a escola tem sido um dos espaços mais focados pelas políticas públicas de alimentação e nutrição com a promoção da alimentação saudável, sendo reconhecida como o lócus prioritário de formação de hábitos e escolhas alimentares. Pode-se ver isto através da publicação da Portaria Interministerial no 1.010, de 8 de maio de 2006 destinada para tal fim, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, em que as ações de EAN é um dos eixos prioritários.

Como pode ser visto, a EAN mostra-se essencial para se atingir os objetivos das políticas públicas do Brasil na atualidade, porém, identifica-se um suposto paradoxo: ao mesmo tempo em que é apontada como estratégica, o seu campo de atuação não está claramente definido, havendo poucas referências sobre o arcabouço teórico, metodológico e operacional, tanto na literatura acadêmica como nos documentos de referência que norteiam as políticas públicas no campo (BRASIL, 2012), havendo, então, uma diluição da sua ação dentro do conjunto de propostas das políticas. Assim sendo, pode-se dizer que a EAN está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, não está em lugar nenhum (SANTOS, 2012).

Levando-se em consideração este dilema, foi lançado recentemente em 2012, pelo Governo Federal, um documento intitulado Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, tendo por objetivo promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de (EAN) que tenham origem, principalmente, na ação pública, e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. Vê-se, então que o Marco de Referência de EAN pretende apoiar os diferentes setores de governo em suas ações de EAN para que, dentro de

seus contextos, mandatos e abrangência, possam alcançar o máximo de resultados possíveis, e, assim, contribuir para melhorar a qualidade de vida da população (BRASIL, 2012).

Para formulação deste documento, foi composto um Grupo de Trabalho, onde estavam representados os seguintes setores:

- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares, Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional;
- Ministério da Saúde: Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição;
- Ministério da Educação: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Associação Brasileira de Nutrição;
- Conselho Federal de Nutricionistas;
- Universidade de Brasília: Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição.

Para sua construção coletiva de natureza intersetorial sobre a EAN, foram promovidas quatro atividades com a CGEAN e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As atividades estão citadas abaixo.

1. O encontro “Educação Alimentar e Nutricional – Discutindo Diretrizes”, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2011.
2. A “Atividade integradora sobre Educação Alimentar e Nutricional”, realizada durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu na cidade de Salvador/BA, em novembro de 2011.
3. A “Oficina de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas” realizada no Congresso World Nutrition Rio 2012, em abril de 2012.
4. A Consulta Pública realizada entre 04 de junho a 07 de julho de 2012.

Um dos pontos trabalhado pelo Marco de Referência da EAN, foi seu conceito, havendo o consenso de que a sua adoção deve considerar aspectos que contemplem desde a evolução histórica e política da EAN no Brasil às múltiplas

dimensões da alimentação e do alimento e os diferentes campos de saberes e práticas conformando uma ação que integre o conhecimento científico ao popular.

Adotou-se também o termo Educação Alimentar e Nutricional e não o termo Educação Nutricional ou Educação Alimentar para que suas ações tenham detenham a mesma abrangência que o significado da sua terminologia (BRASIL, 2012).

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Tratou-se de uma pesquisa descritiva, transversal e de abordagem quantitativa e qualitativa. Sendo importante as duas formas de abordagens, por o objeto da pesquisa necessitar de sua associação, promovendo, assim, uma melhor descrição dos dados encontrados. Uma das principais características da abordagem qualitativa para este estudo é a preocupação com o processo e não apenas com os resultados e produtos, sendo o significado a questão primordial nessa abordagem (TRIVINOS, 1987).

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO

Fizeram parte da pesquisa todos os professores do curso de Nutrição que lecionavam a disciplina de Educação Nutricional no período de coleta de dados do estudo, em todas as Instituições de Ensino Superior da Paraíba, sejam públicas ou privadas. Para obtenção do número de instituições que possuem o curso de Nutrição no Estado da Paraíba foi realizada uma pesquisa no site do Ministério de Educação e Cultura.

4.3 CRITÉRIO DE EXCLUSÃO

Foi excluída uma Instituição de Ensino Superior pelo fato da professora responsável pela disciplina Educação Nutricional estar envolvida nesta pesquisa.

4.4 INSTRUMENTOS

Foram utilizados três instrumentos para coleta de dados da pesquisa, dois na forma de questionário, sendo um aplicado ao coordenador do Curso de Nutrição (Apêndice A) e outro questionário ao docente responsável pela disciplina de Educação Nutricional (Apêndice B). O primeiro com o objetivo de obter os dados descritivos em relação às instituições pesquisadas e ao curso de Nutrição e o segundo com o objetivo de obter os dados descritivos que envolvem a disciplina

citada. O terceiro instrumento refere-se a um roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice C) organizado na forma de tópicos que visou nortear a conversa com o professor de Educação Nutricional no intuito de aprofundar suas percepções em relação à formação em Educação Alimentar e Nutricional. Foi utilizado ainda o recurso da gravação de voz para tornar possível uma apreensão integral das falas, por meio de um gravador digital.

Ressalta-se que esta pesquisa utilizou a dissertação de Fanco (2006), desenvolvida no estado de São Paulo, como fio metodológico condutor.

4.5 COLETA DE DADOS

4.5.1 Apresentação e envio dos instrumentos de pesquisa

Primeiramente houve a apresentação da pesquisa através do contato telefônico com o (a) coordenador (a) do curso de Nutrição da instituição, onde o mesmo foi informado da pesquisa e indagado sobre a possibilidade de participação. Havendo a aceitação, foi pedido o endereço eletrônico para o envio da carta de apresentação da pesquisa (Apêndice D), do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E) e do questionário da pesquisa. Também foi solicitado o contato telefônico do professor responsável pela disciplina Educação Nutricional para que o mesmo pudesse ser informado sobre a pesquisa. Foi feito o contato telefônico e o convite para participação do professor na pesquisa, havendo aceitação, foi agendada a data da entrevista presencial e foi pedido o seu endereço eletrônico para envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE F) e do questionário, os quais deveriam ser entregues no momento da entrevista.

4.5.2 Realização das entrevistas

Antes da aplicação das entrevistas, foi realizado uma simulação da entrevista com a docente da disciplina Educação Nutricional da Universidade Federal de Campina Grande, que não faz parte da coleta de dados por motivos justificados anteriormente, visando fazer ajustes no tempo de entrevista e maior aprofundamento das questões postas no roteiro semiestruturado.

Para realização da entrevista, a pesquisadora se deslocou a cada Instituição de Ensino no dia agendado e a realizou com o docente da disciplina em questão. A entrevista foi aplicada no local onde o docente julgou mais apropriado, durando uma média de 36 minutos cada.

Utilizou-se a entrevista semiestruturada, onde a sequência dos tópicos serviu como roteiro norteador, porém a ordem não foi a mesma em todas as entrevistas, pois estimulava-se o diálogo com o aproveitamento da fala do próprio docente, oferecendo maior interação entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, assegurando ao entrevistador a coleta de uma ampla gama de informações que, ao mesmo tempo, dá liberdade ao participante para respondê-las com suas próprias palavras (MINAYO, 2000).

Para uma melhor análise, também foi utilizada a técnica do diário de campo, mostrando-se de extrema importância, pois partiram dele as informações referentes às intercorrências não apreendidas pelo gravador (FRANCO, 2006). Posteriormente, as informações coletadas pelos dois instrumentos foram relacionadas entre si.

4.6 TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados obtidos por meio dos questionários foram analisados de forma descritiva. Em relação às entrevistas, todas foram transcritas para o meio digital de forma literal, ou seja, as gravações foram transcritas para um microcomputador em sua forma original, sem haver qualquer tipo de interpretação por parte do pesquisador. Posteriormente foi utilizada a Análise de Conteúdo que corresponde a uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências no conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social (BAUER, 2002). Na análise de conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto que se repetem, inferindo uma expressão que as representem (CAREGNATO; MUTII, 2006).

Sendo assim, após a transcrição, foi feita a categorização das respostas por eixo temático, tomando por base as temáticas abordadas no roteiro semiestruturado e também foram feitas leituras exaustivas das transcrições para que ocorresse impregnação do discurso, investindo no que há nas entrelinhas (TURATO, 2003).

Foram, ainda, destacadas as falas mais representativas e que se repetiram entre os participantes.

Às Instituições de Ensino foram atribuídos números aleatórios para que não houvesse a identificação nominal de cada uma, assim como também foram atribuídos nomes de frutas aos docentes participantes para manutenção do sigilo em relação a sua identidade.

4.7 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética, atendendo às disposições da Resolução 466/12 referente a pesquisas envolvendo seres humanos. Também foram tomadas todas as precauções para preservar a identidade dos sujeitos, evitando a exposição de qualquer informação que possa prejudicá-los eticamente. Ressalta-se que a pesquisa não trará danos ao público pesquisado e que só participaram aqueles indivíduos que assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para um melhor entendimento, os resultados serão apresentados divididos em três grandes categorias que pretendem atender a necessidade de resposta dos objetivos traçados pela pesquisa. Esta configuração pretende demonstrar as características gerais dos cursos de Nutrição da Paraíba e o olhar do professor de Educação Nutricional a respeito do tema por meio da análise dos questionários e apontamento das falas mais significativas pelo julgamento da pesquisadora

Para manutenção do sigilo e não identificação do sujeito da pesquisa, as instituições serão tratadas por números (de um a cinco) e os professores envolvidos serão tratados por nomes de frutas (Morango, Cajá, Acerola, Mangaba, Pinha, Graviola e Pêssego). Todos os participantes desta pesquisa são do sexo feminino.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Após consulta ao site do Ministério da Educação e Cultura, no portal e-MEC, (http://emec.mec.gov.br) foi identificado que no Estado da Paraíba existem sete instituições de ensino superior que possuem o curso de Nutrição, no entanto, para este estudo estão sendo consideradas apenas cinco, pois em uma instituição o curso de Nutrição não possuía professor de Educação Nutricional, por ainda não ter chegado ao período correspondente à disciplina e a outra instituição tem a professora de Educação Nutricional envolvida nesta pesquisa.

Entre as instituições participantes, uma apresentou um projeto político pedagógico diferenciado das demais, pautado em um modelo chamado modular, onde a matriz curricular divide-se em três partes: formação geral (1º e 2º séries do curso), formação básico-profissionalizante (3º, 4º e 5º séries do curso) e formação profissionalizante (6º, 7º e 8º séries do curso). Desta forma, pelo sistema modular não existe uma disciplina intitulada Educação Nutricional, porém o componente “Educação Alimentar e Nutricional” está presente em três disciplinas que abordam os ciclos da vida, por esta razão, nesta instituição participaram da pesquisa, três professores, os quais trabalham a Educação Nutricional dentro dos seus conteúdos de acordo com o ciclo da vida. Desta forma os resultados que irão ser apresentados a seguir são relativos à percepção de sete professores das cinco instituições pesquisadas.

Em relação à localização geográfica, apenas uma, das cinco instituições pesquisadas, não está localizada na capital João Pessoa, e também apenas uma tem organização administrativa do tipo pública federal, as demais são de caráter privado.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE NUTRIÇÃO E DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

No tocante ao tempo de existência dos cursos de Nutrição da Paraíba, foi observado, como pode ser visto no Gráfico 1, que o mais antigo tem aproximadamente 37 anos, significando que este curso de nutrição no referido estado, veio a existir após a realização do I Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição pelo MEC em 1975 que explicitou déficit em relação a carga horária das disciplinas da área social, composta por Educação, Saúde Pública, Nutrição Aplicada e Estágio em Saúde Pública (YPIRANGA, 1981). É também importante ressaltar que em 1982, o Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição apresentou resultados semelhantes e sugeriu modificações quanto ao conteúdo na área de Nutrição Social, a qual englobava as disciplinas de Nutrição em Saúde Pública, Avaliação Nutricional, Nutrição Materno-Infantil e Educação Nutricional (BRASIL, 1983).

Em relação à disciplina de Educação Nutricional o Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição sugeriu que esta deveria instigar e preparar o aluno para o despertar da consciência social e sanitária do indivíduo em seu grupamento social (BRASIL, 1983).

Ainda referente ao tempo de existência do curso, foi observado que no estado da Paraíba a maioria veio a existir a partir do ano 2003. O estudo realizado por Motta, Oliveira e Boog (2003) mostrou que nesta época, também houve escassas menções sobre o caráter crítico e o compromisso com as transformações sociais na formação do nutricionista, tendo-se, portanto, uma formação ética e humanística como um dos itens menos valorizados na divulgação dos cursos, predominando, assim, a identificação do nutricionista como profissional estritamente da saúde.

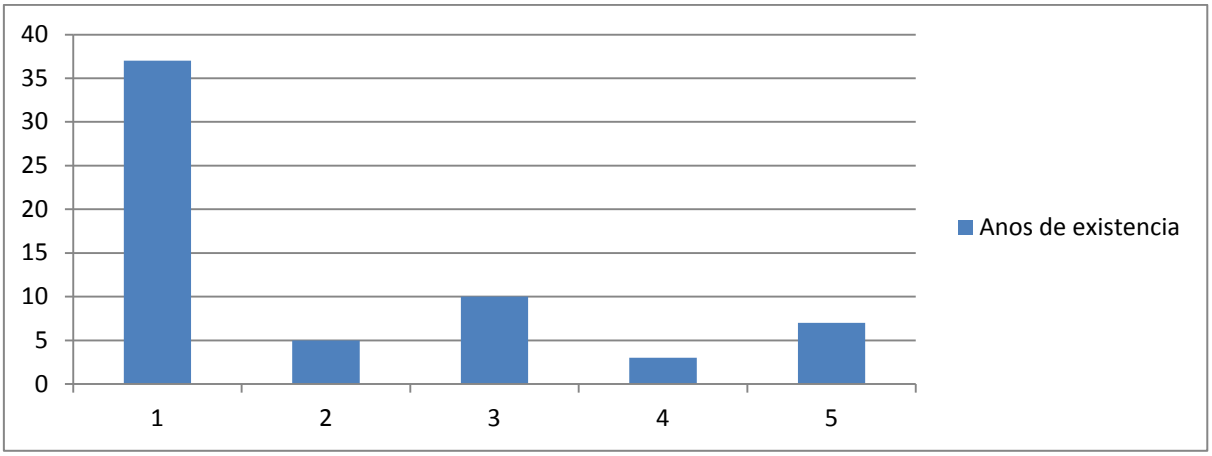


Gráfico 1 – Tempo (em anos) da existência do Curso de Nutrição por Instituição na Paraíba. Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Todos os cursos de Nutrição pesquisados apresentam um total de oito períodos (duração de quatro anos) e a disciplina de Educação Nutricional está alocada no quinto período em todos. A carga horária total de cada curso variou conforme pode ser visto no Gráfico 2.

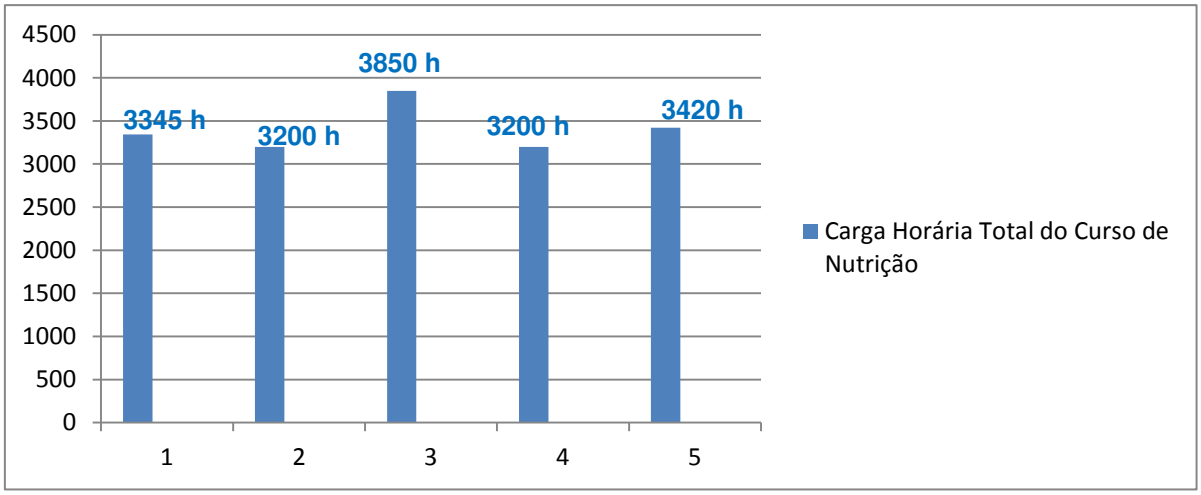


Gráfico 2 - Carga horária total do curso de Nutrição por instituição. Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Em todos os cursos, também, a carga horária da disciplina é de sessenta horas, ou seja, quatro créditos. Apenas dois cursos demonstraram em seu fluxograma a divisão de carga horária em créditos teóricos e práticos, sendo a divisão em um dos cursos de quarenta horas teóricas e vinte horas práticas e no outro de quarenta e cinco horas e quinze horas, respectivamente.

Em relação ao turno de funcionamento do curso de nutrição no Estado da Paraíba foi observado que duas instituições o oferecem no turno diurno e três

oferecem tanto no diurno quanto no noturno, como pode ser observado no Gráfico 3 abaixo.

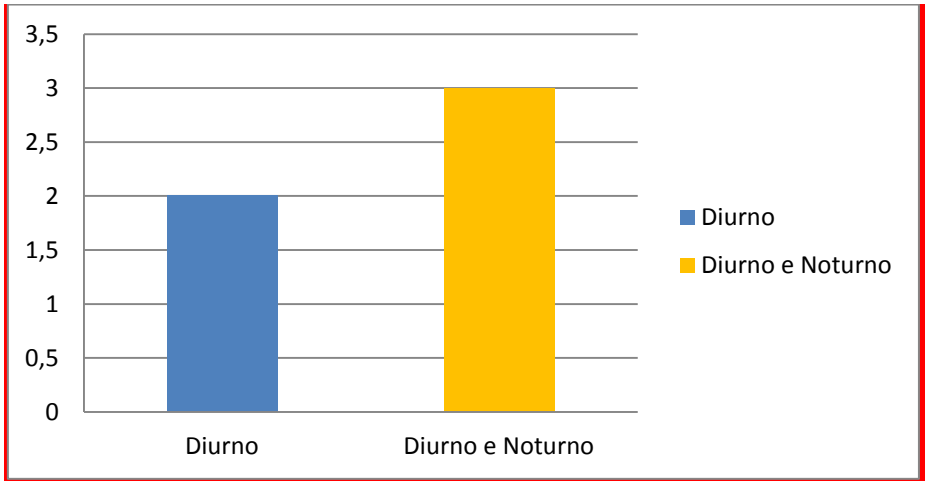


Gráfico 3 – Período de funcionamento do curso de Nutrição por instituição (n=5). Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Ainda sobre o turno de funcionamento do curso, é importante destacar que alguns professores expressaram dificuldades em realizar atividades práticas na disciplina de Educação Nutricional devido ao fato do curso ser noturno, corroborando com os resultados de Franco (2006) realizado no estado de São Paulo, como podem ser evidenciados nas falas seguintes:

> "Só que eu não tenho condições de fazer aulas práticas de educação nutricional, principalmente nas turmas da noite, porque a gente tem um horário muito limitado, muitos dos alunos são de fora, então, a gente tem uma certa limitação em relação a isso."(Cajá)

> "Eles apresentam em sala de aula por quê? O curso ainda é a noite, a gente só tem turma a noite."(Mangaba)

No tocante ao número de vagas por turno e ao número de egressos no ano de 2013, foi encontrada a distribuição por instituição, disposta no Quadro 1, logo abaixo.

Quadro 1 – Número de vagas anuais, por turno, oferecidas para o curso de Nutrição por instituição e números de egressos de 2013.

Instituição	**IES 1**	**IES 2**		**IES 3**	**IES 4**		**IES 5**	
Nº de Vagas	Diurno 90	Diurno 125	Noturno 125	Diurno 100	Diurno 120	Noturno 120	Diurno 50	Noturno 50
Nº de egressos 2013	18	73		48	Ainda não houve		42	

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Como pode ser o observado no Quadro 1 o número de egressos mostrou-se bastante inferior, quando comparado ao número de vagas oferecidas para o curso de Nutrição, podendo isto significar uma grande evasão ou prolongada permanência do aluno no curso, também se deve levar em consideração, no caso das instituições de caráter administrativo particular, que o número de vagas oferecidas pode não ter sido totalmente preenchido.

Em relação ao tempo de docência dos professores participantes da pesquisa, como também ao de docência em Educação Nutricional, foi observada uma grande variação na experiência nessa área de atuação, como pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2 – Tempo de experiência como docente e tempo de docência em Educação Nutricional por instituição.

	Morango	**Cajá**	**Acerola**	**Mangaba**	**Pinha**	**Graviola**	**Pêssego**
Tempo de docência	23 anos	03 anos	5 anos	2 anos	08 anos	9 anos	06 anos
Tempo de docência em EAN	15 anos	10 meses	4 anos	1 ano	4 anos	5 anos	5 meses

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Em relação ao questionamento sobre a experiência na atuação profissional com a prática da Educação Alimentar e Nutricional, excetuando-se a prática vivenciada na docência, apenas uma professora, das sete que responderam ao questionário, afirmou não ter vivenciado esta experiência. As demais relataram que

obtiveram tal vivência em variadas áreas de atuação profissional, como: ambulatório, atendimento em clínica, escolas, hospitais, Atenção Básica, Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), creches e Ministério de Desenvolvimento de Combate à Fome (MDS).

Todas as professoras de Educação Nutricional participantes da pesquisa possuem graduação em Bacharelado em Nutrição e apenas uma docente concluiu sua formação numa instituição com organização administrativa privada, as demais foram em instituições públicas. Em relação à formação complementar, pode-se observar no Gráfico 4 a distribuição por Latu Sensu, mestrado e doutorado.

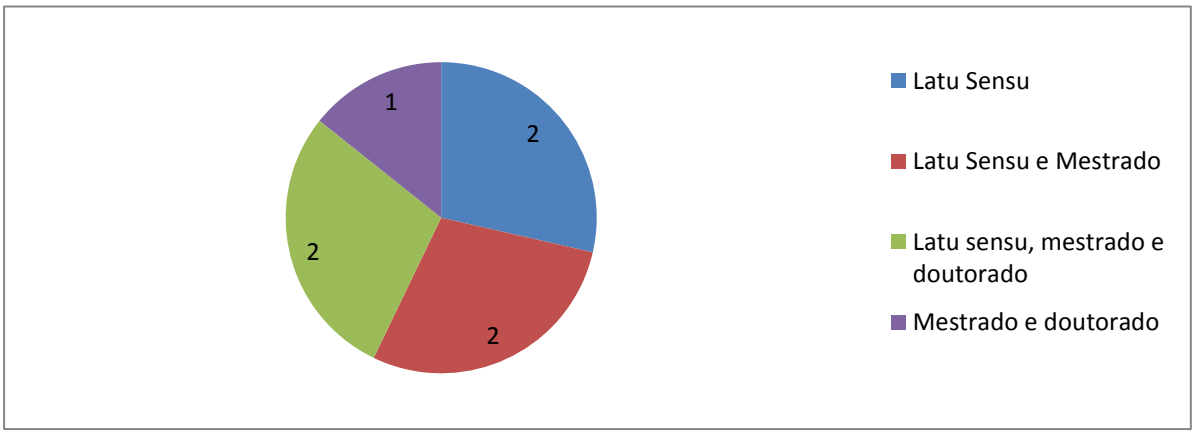


Gráfico 4 – Formação complementar das docentes da disciplina Educação Nutricional (n=7). Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Foi observado que as linhas de pesquisas que compuseram a formação complementar das docentes estiveram mais concentradas nas áreas da saúde coletiva e clínica, como pode ser observado no Quadro 3, sendo importante destacar que há mais doutorados nas linha de pesquisa da Saúde Coletiva, resultado diferente do encontrado por Franco (2006) que observou um maior número de pós-graduação apenas na área clínica. Este achado pode ser interpretado como um ponto positivo para a abordagem do docente em sua disciplina, tendo em vista a estreita relação entre o componente Educação Alimentar e Nutricional com a saúde coletiva. Destaca-se o fato de apenas uma docente apresentar pós-graduação em Educação em Saúde.

Quadro 3 – Linhas de pesquisa que compuseram a formação complementar das docentes de Educação Nutricional.

Linha de Pesquisa	*Latu Sensu*	*Strictu Sensu*	
		Mestrado	Doutorado
Nutrição Clínica	4	2	-
Saúde Coletiva	2	2	2
Alimentos	-	1	-
Bioquímica	-	-	1
Educação em Saúde	1	-	-
Não indicaram	1	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

No questionamento feito às docentes referente à formação em Educação Nutricional durante suas graduações, cinco afirmaram que a disciplina não foi ministrada de forma que lhes despertassem interesse. As justificativas dadas para tal afirmação foram variadas, como pode ser visto a seguir:

> "porque era focada estritamente no instrumental com ênfase no conhecimento científico" (Morango).
>
> "não havia a presença marcante do nutricionista na Saúde Pública" (Pinha)
>
> "o docente responsável não ministrou a disciplina" (Pêssego).

Em relação às duas professoras que mencionaram interesse pela disciplina Educação Nutricional durante suas graduações, uma afirmou ter sido motivada pela didática diferenciada utilizada pela docente responsável pela disciplina e a outra por haver discussões sobre temas em educação com aplicações práticas.

Ainda no que diz respeito à formação em Educação Nutricional, apenas uma docente afirmou ter vivenciado atividades práticas durante a sua graduação e todas afirmaram que não se sentiam preparadas para atuar em Educação Alimentar e Nutricional após a conclusão dos seus cursos, assim como todas disseram que durante a atuação profissional, o conhecimento em EAN se mostrou necessário.

5.3 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL SOB OS DIVERSOS OLHARES

Este tópico pretende apresentar e discutir os diversos olhares sobre a Educação Alimentar e Nutricional sob a ótica dos docentes que formam futuros nutricionistas. O roteiro semiestruturado utilizado durante a entrevista com as docentes foi utilizado como norteador para classificação dos subtópicos a seguir.

5.3.1 Conceito sobre Educação Alimentar e Nutricional

Segundo o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (BRASIL, 2012), o conceito de Educação Alimentar e Nutricional no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definido como:

> Um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012, p. 23).

Levando em consideração esta definição, observou-se que apenas uma professora formulou um conceito sobre EAN que abrangeu sua relação com a questão do DHAA e da SAN, como pode ser observado na fala a seguir. Uma possível explicação para este resultado é o fato de que, quando as professoras foram questionadas sobre o conhecimento do Marco de Referência, a maioria afirmou não ter nenhuma informação sobre sua publicação.

> "EAN é um processo [...] que deve abordar desde a questão da produção, passando por todas as dimensões do sistema alimentar até chegar no consumo propriamente dito [...] envolve várias dimensões, [...] a questão das práticas alimentares são questões extremamente complexas, né? são práticas sociais, então, a questão educativa se insere nesse contexto. [...] Deve englobar todas essas questões, sempre considera a referência que a gente tem atualmente, do ponto de vista, falando do nosso país, a ótica do Direito Humano a Alimentação Adequada, a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional, né? da Soberania Alimentar [...].Considerando alimentação, a

> prática alimentar com essa complexidade que envolve questões subjetivas, simbólicas [...] relações sociais, na perspectiva de você estimular, né? o indivíduo ou os grupos sociais, a comunidade, a coletividade a tá, vamos dizer assim, facilitando esse processo de reorientação das práticas alimentares" (Morango).

É importante destacar que não foi possível perceber uma clareza na formulação do conceito de EAN, por parte de algumas professoras, como pode ser percebido pelas falas a seguir, reforçando a constatação de Franco (2006), que através dos seus achados, concluiu que há uma grande fragilidade no que diz respeito à construção de conceitos.

> "[...] acho que não existe um conceito que defina ao pé da letra, até porque o próprio nome já diz, mas é mudança de vida, eu acho que se eu for relacionar Educação Nutricional, Educação Nutricional e Alimentar com outras palavras eu diria que é qualidade de vida, mudança no estilo de vida, é saúde, então são palavras que juntando conceitos daria o novo conceito pra Educação Nutricional e Alimentar, visto que é um assunto que realmente tá bem em evidência e que é o que as pessoas estão procurando hoje em dia" (Acerola).

Outras percepções relacionaram o conceito de EAN a ideia de "formar no indivíduo uma olhar crítico para haver mudança no comportamento alimentar" e "informar ao indivíduo as normas gerais da alimentação, e da nutrição, para manutenção da boa saúde", como observado nas falas a seguir:

> "Acredito que a Educação Alimentar e Nutricional de uma forma geral é uma disciplina, uma visão, uma teoria, que proporciona mudança no comportamento alimentar de um indivíduo, de uma comunidade, através de ações, sejam elas de intervenções específicas ou, é, coletivas, né, acho que o principal objetivo dessa, da educação alimentar e nutricional é formar no individuo um olhar crítico em relação às escolhas alimentares, para a partir daí modificar essa hábito" (Cajá).

> "[...] eu acho que envolve a questão das bases da educação mesmo, né? E a educação nutricional e a questão da informação nutricional. Então eu acho que educação alimentar e nutricional parte do princípio do conceito [...] que é você conseguir informar ao indivíduo as normas gerais da alimentação da

> nutrição e os principais pontos e aspectos que ele deve considerar na sua alimentação pra manutenção de uma boa saúde de uma boa qualidade de vida. Fazer com que esse indivíduo ele consiga realizar suas escolhas de forma independente e que aquilo traga sinais positivos pra sua saúde" (Pêssego).

É possível perceber que ao mesmo tempo em que esses conceitos dialogam entre si, quando demonstram o pensamento de gerar autonomia no sujeito, eles também se contradizem no que diz respeito a maneira proposta para gerar esta autonomia, quando um menciona "a formação do olhar crítico" e o outro "informar normas gerais da alimentação. Paulo Freire (1987) traz em seus diálogos a ideia de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção, sendo importante também a discussão em sala de aula sobre a realidade vivida pelos alunos de uma forma associativa à disciplina cujo conteúdo é ensinado.

Observou-se que o fato de ser ter mais de um professor abordando o componente de Educação Alimentar e Nutricional em um mesmo curso de graduação, não significou uma compreensão homogênea e compartilhada da formulação do conceito de EAN, tendo em vista que três professoras pertencentes ao mesmo curso demonstraram concepções divergentes.

5.3.2 Objetivos da disciplina

Quando as professoras foram indagadas sobre qual o objetivo de se ter a disciplina Educação Nutricional na grade acadêmica do curso, foi possível apreender, por meio de suas falas, diversos objetivos para a presença da disciplina na grade curricular, como: fornecer aporte teórico-prático para a transmissão de conhecimento para a população; oferecer estratégias para aprender a gerar mudança de hábitos de vida nas diferentes fases; estimular e facilitar o profissional de nutrição enquanto profissional da saúde e educador e proporcionar ao aluno o entendimento que a EAN é interdisciplinar.

> "[...] facilitar a formação desse profissional, enquanto profissional de saúde que ele é e enquanto educador, entendeu? É dar aportes, é fornecer aportes teóricos e metodológicos pra este profissional, [...]"(Morango).

> "[...] é exatamente a gente vê como orientar, como aconselhar como sugerir mudanças de vida sem ser de uma forma radical" (Acerola).

> " [...] é preparar o nutricionista pra trabalhar com a população, né? É saber treinar, formar profissionais que detenham o conhecimento da área de nutrição, mas que saibam transmitir essas informações de nutrição para a população em geral" (Mangaba).

Foi possível perceber diferentes objetivos, havendo desde o que abrangia a "transmissão de conhecimento", como também o que relacionava à "estimular o profissional de nutrição enquanto educador". Desde 1963, Burgess e Dean (1963 apud Franco, 2006) já havia criticado a transmissão de conhecimento enquanto objetivo da Educação Nutricional, apontando para a necessidade de se criar condições para que o indivíduo tenha responsabilidade sobre a sua saúde e que tome suas próprias decisões.

Em relação ao curso que apresenta três professoras para ministrar o componente EAN não foi possível apreender objetivos comuns entre as falas, pois cada docente direcionou sua ideia para uma vertente distinta, uma destacou a "inserção do nutricionista no mercado de trabalho, através da aplicação da EAN", outra mencionou seu objetivo sob a ótica da "transmissão de conhecimento" e, a terceira destacou os objetivos da disciplina pautados na pedagogia de Paulo Freire.

> "o objetivo maior é justamente aumentar esse leque pra inserir o nutricionista dentro desses programas, porque ele é conhecedor da ciência da Nutrição" (Pinha).

> "[...] a educação alimentar e nutricional ela serve pra isso também, pra que a gente consiga identificar métodos que facilitem essa transposição de informação. E então a gente termina treinando os alunos pra que eles tenham maior facilidade em repassar as informações que eles têm de uma forma mais fácil de ser entendida pelos outros" (Pêssego).

> "É pra que eles consigam perceber o quanto o nutricionista, ele é importante, mas como facilitador dessa produção de conhecimento" (Graviola).

As docentes também foram indagadas sobre qual seria seu objetivo enquanto professora da disciplina, ou seja, o que cada uma pretendia que fosse entendido por seu aluno na disciplina de Educação Nutricional. As colocações sobre este questionamento estiveram em torno da ideia de que o objetivo seria estimular e/ou ensinar o aluno para aprender lidar com indivíduos ou população, transmitindo-lhes a informação de maneira didática e compreensível. Uma pesquisa seguindo a mesma indagação no estado de São Paulo, no entanto, mostrou que as docentes tinham como objetivo pessoal, enquanto professor da disciplina, desenvolver no aluno a importância de ser um educador (FRANCO, 2006). O ser educador em nutrição não se resume a transmitir informações corretas de forma didática, porque implica em apreender a maneira como o interlocutor vivencia o problema alimentar, não somente em relação ao consumo alimentar propriamente dito, mas a todas as questões de natureza subjetiva e interpessoal que estão imbricadas no comportamento alimentar. Sendo assim, educar para a alimentação saudável exige: a confrontação de novas práticas com as representações sociais dos alimentos e com o significado simbólico deles para os sujeitos do processo educativo, a significação dos alimentos e a construção de novos sentidos para o ato de comer (BOOG, 2008a).

Foi possível apreender também pela análise das falas a ênfase dada ao entendimento de que a EAN é um tema amplo, importante em todas as áreas de atuação, sendo, portanto interdisciplinar, como pode ser observado nas colocações abaixo:

> "[...] estimular a formação daquele profissional pra que ele saiba lidar com o outro, com o indivíduo, com os grupos. Pra que ele se reconheça, se enxergue um profissional de saúde que trabalhe com a prática alimentar e nutricional, mas que esta prática é algo amplo e complexo, extremamente articulado com o contexto sociopolítico cultural" (Morango).

> "Então eu pretendo, eu trabalho dessa forma, fazer com que os alunos, independente da área de atuação que eles forem escolher, eles precisam associar o trabalho com Educação Nutricional, pode ser atividade física, pode ser até pesquisa, né? precisam utilizar informação Nutricional (Mangaba).

> “é que ele entenda que Educação Nutricional e Alimentar, independente do campo de atuação de Nutrição que ele for atuar, vai ser necessário na vida dele. Eu sempre tento mostrar isso pros meus alunos, independente da área de atuação você vai precisar de Educação Nutricional” (Acerola).

> “[...] eu tento ser uma facilitadora nesse momento que eu trago pra reflexão, como você se entende quanto indivíduo, antes de ser profissional, como você percebe educação nutricional, se percebe como carro chefe da nossa atuação ou para nossa qualidade de vida, já começou muito bem” (Graviola).

Por fim, destaca-se que o objetivo de gerar autonomia para escolhas alimentares saudáveis presente no conceito de EAN no Marco de Referência (BRASIL, 2012), foi observado de maneira discreta em poucas falas, isto quando se referiram ao objetivo da EAN na grade acadêmica. Quanto ao objetivo pessoal, não houve referência a isto.

5.3.3 Diferenças e Semelhanças entre Termos Consagrados: Orientação Nutricional X Educação Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional X Educação Nutricional

Referente à diferença conceitual e prática entre os termos “Orientação Nutricional” e “Educação Nutricional”, seu debate ao longo dos anos pode ser dito como consolidado, onde, a literatura aponta para a EAN sendo vista como intervenções de natureza mais crítica, a médio e longo prazo e a Orientação Nutricional como uma abordagem mais identificada com ações pontuais (BOOG, 1996). Porém, ao abordar a temática nas entrevistas, apesar de haver uma forte presença da ideia que concorda com o pensamento de Boog (1996), como pode ser visto no Quadro 4, foi possível identificar na fala percepções que, apesar de afirmarem haver diferença entre os termos, suas construções orais divergiram do que se apresenta na literatura.

Quadro 4 – Diferença entre os termos Orientação Nutricional e Educação Nutricional apreendido pelas falas das docentes do curso de Nutrição.

Orientação Nutricional	Educação Alimentar e Nutricional
Visa objetivos imediatos	É algo mais amplo, de processo.
Mais pontual e limitada	Mais abrangente e mais completa
Superficial sem promover modificação no sujeito.	Promove mudança no indivíduo e é mais duradoura
É preferir e evitar	É Macro

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

As professoras que referiram conceitos sobre Orientação Nutricional e Educação Nutricional diferentes dos encontrados na literatura, também não apresentaram semelhança de pensamento entre si, como pode ser visto nas falas abaixo. Franco (2006) relatou ter encontrado em sua pesquisa que algumas docentes confundiram a educação com a orientação, ao associarem pequenas ações a educação propriamente dita, estando a educação limitada a transmissão de informações.

> "[...] eu digo sempre Educação Nutricional [...] a gente faz com criança na primeira infância que a gente tá educando a ter bons hábitos, mas quando eu pego uma pessoa já que tem hábitos alimentares formados, o que é que eu vou fazer com ela? Vou orientar, tá? Ou seja, se ela tá tendo maus hábitos, ela precisa ser orientada em relação ao que ela deve fazer. Eu sempre digo aos meus alunos, Orientação Nutricional é praquelas pessoas que já: "ah eu sei que é bom comer salada, mas eu não como porque eu não gosto, ou porque eu não fui acostumada". Então essa pessoa precisa de uma Orientação Nutricional, tá? Orientação Nutricional é uma coisa bem mais ampla, ela não é nada específico, porque eu oriento gestante, eu oriento idosos, orientações feitas com base numa população específica, população geral, por fase de vida e quando eu vou fazer Educação nutricional é uma coisa mais estudada" (Acerola).

> "Orientação Nutricional seria aquela pessoa que já esteja acometida por uma patologia mais específica, como se alimentar\? [...] Educação Alimentar eu acho que faz parte de um contexto maior, é você ter qualidade de vida, certo? Estilo de vida, né? melhorado, certo?" (Pinha).

Ainda discutindo termos consagrados da área, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas traz recomendações e reflexões a respeito da utilização do termo “Educação Alimentar e Nutricional” e não apenas “Educação Nutricional” ou “Educação Alimentar” para que se perceba que o escopo de ações trabalhadas abranje desde os aspectos relacionados ao alimento e alimentação, os processos de produção, abastecimento e transformação até aos aspectos nutricionais (BRASIL, 2012). Tendo em vista o histórico dessa nomenclatura no Brasil e por seu significado estar carregado de valores, foi promovida a reflexão junto às professoras envolvidas nesta pesquisa se estas percebiam diferença entre os termos “Educação Alimentar e Nutricional” e “Educação Nutricional”. Como resultado, foi possível apreender o entendimento de que existem diferenças entre os termos, como pode ser observado na fala abaixo.

> “[...] eu compartilho com a literatura, com os autores ... Amparo Santos, a Cristiane Boog, ... pensar criticamente as perspectivas educativas voltadas a alimentação e nutrição, então é... se você for pra história da Educação Nutricional, ... no Brasil e até do ponto de vista do cenário internacional mesmo, ela surgiu com essa questão mais assim... imbuída do propósito de ensinar os pobres a se alimentar, não é? [...] e focada muito no Biológico, na dimensão do nutriente, como se a alimentação se resumisse, se restringisse a dimensão puramente Nutricional. Quando a gente sabe... que a alimentação é uma prática social, então ela tá investida numa série de questões aí, de contexto sociopolítico cultural, e aí nos anos 2000 especialmente né? no país, no Brasil, com essa discussão mais crítica de incluir o enfoque da alimentação nessa ótica do Direito humano, né? alimentação enquanto direito humano de alimentação adequada foi-se repensar inclusive a nomenclatura, é muito importante a forma que a gente define as questões, né? Quando você tá definindo, você tá alí... aquela definição tá carregada de valor, então... essa discussão se ampliou e hoje em dia..., enxergando o sistema de alimentação como um todo não dá pra pensar só em Educação Nutricional” (Morango).

Foi possível apreender, ainda, a ideia de que a diferença entre os termos estava mais ligada ao campo teórico, pois na prática a duas expressões significavam a mesma coisa, como pode ser observado nas falas abaixo.

> “Na teoria sim na prática não, na teoria a gente vê que a educação nutricional está voltada a utilização dos nutrientes, a educação alimentar a escolha dos alimentos como um todo, e aí educação alimentar e nutricional ela se completa. Mas na prática quando a gente fala sobre educação nutricional ela envolve a seleção desses alimentos pensando na utilização desses nutrientes” (Cajá).

> “Na verdade se a gente fosse conceituar termos separadamente teria sim, porque aí Educação é Nutricional e Educação Nutricional e alimentar. Mas acredito que trazendo pra minha vida prática, pra minha realidade não existe diferença [...]. É como se um fosse uma Orientação mais geral e outro uma orientação mais específica, tá? Tipo vou fazer uma Orientação Nutricional pra diabético, e eu vou fazer uma Orientação nutricional e Alimentar pra dona Maria que é diabética, então é... alguns autores fazem essa diferença. E até caberia como se eu tivesse estudado dona Maria, tivesse feito e além a parte de Educação Nutricional eu vou fazer a parte Alimentar dela de acordo com suas necessidades (Acerola).

Sobre o entendimento de que existe diferença entre os termos apenas teoricamente e que durante o cotidiano profissional, não há diferença prática entre a “Educação Nutricional” e a “Educação Alimentar e Nutricional”, algo que pode explicar este pensamento, diz respeito à afirmação de Santos (2012) quando expõe que os avanços nos discursos em torno da Educação Alimentar e Nutricional não têm sido acompanhados ao mesmo passo no âmbito das ações locais, e destaca uma distancia marcante entre os discursos e as práticas em torno da Educação Alimentar e Nutricional.

É importante destacar que também foi possível apreender por meio das falas o entendimento de que não existe diferença entre os dois termos, estando vinculada a duas vertentes distintas, uma que demonstra *“*serem a mesma coisa*”* e outra que “engloba automaticamente a questão alimentar”, como observada na fala abaixo:

> “Eu não vejo tanta diferença não! Assim, educação alimentar e nutricional, porque eu já vejo do ponto a educação nutricional eu já englobo automaticamente a questão alimentar mesmo [...]” (Pêssego).

A ideia de não haver diferença na utilização dos dois termos pode ser explicada pela necessidade de maior discussão e empoderamento, por parte dos

educadores em nutrição de maneira geral, tendo em vista ser uma abordagem relativamente nova à antigas formas de trabalhar educação na nutrição. Ressaltando que desde 2006 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) já aconselhava o uso da expressão “Educação Alimentar e Nutricional”, por a mesma englobar a perspectiva do Direito Humano a Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional, e ainda, mais recentemente, esta recomendação foi reforçada pelo Marco de Referência de EAN (BRASIL, 2012), não restando dúvidas de que há diferença entre a utilização dos termos e que os seus significados estão carregados de valores.

5.3.4 Educação Alimentar e Nutricional inserida em outras disciplinas

Já está bem definido na literatura que a Educação Alimentar e Nutricional necessita ser transversal, ou seja, não deve estar restrita a uma única disciplina ou a um determinado período, ou mesmo ser trabalhada apenas em projetos específicos no âmbito acadêmico, uma vez que alimentar-se constitui uma prática do cotidiano e sendo assim o nutricionista educador precisa ser formado na perspectiva de entender a EAN como tema transversal nas diversas áreas que compõe a ciência da nutrição (BOOG, 2008b).

Em relação a esta abordagem interdisciplinar, quando as docentes participantes da pesquisa foram indagadas a respeito da temática, apenas uma professora afirmou que o componente EAN percorria por todas as disciplinas do curso de Nutrição na sua IES. Destaca-se, ainda, que a maioria das docentes explicitou acreditar que diversos professores das outras disciplinas do curso de Nutrição não conferem a devida importância a EAN, ou não a entende a partir da perspectiva ampliada que se trabalha na disciplina. Esta percepção pode ser observada nas falas dispostas a seguir:

> “[...] em algumas áreas os colegas meus, das outras disciplinas, trabalham nessa perspectiva, sem dúvida. Já outros, nem tanto! Não é algo que a gente respira isso aqui, tá? As outras disciplinas, alguns têm essa visão que a gente trabalha, mas não é a maioria. Muitos ainda trabalham numa perspectiva de Educação Nutricional a tá estimulando a adesão do outro a dieta” (Morango).

> “Acho que não tanto quanto poderia, acho também que a ementa, as disposições das disciplinas dificulta um pouco isso, pois quando eles vem, sei lá, patologia, já tem passado educação nutricional, onde eles poderiam utilizar” (Cajá).

> “Não, dá não. Até mesmo os professores que são nutricionistas, que foram formados, também precisaria deter esse conhecimento, como eu até respondo no questionário, é... quando é que você coloca a Educação Nutricional em prática? Desde a minha formatura, né? [...] sempre na docência e sempre, mesmo antes sem ministrar a disciplina de Educação Nutricional eu já trabalhava com Educação Nutricional que é o que falta em muitos professores da área [...] até se trabalha com Educação Nutricional sem saber que tá trabalhando com Educação Nutricional, né? Utiliza muito da ideia da prática de Educação Nutricional, mas não sabendo que tá fazendo isso, né? Então, muitas vezes pode errar também, né? [...]” (Mangaba).

Também é interessante ressaltar que as falas demonstraram que existe entre os docentes de outras disciplinas o pensamento de que a EAN é uma prerrogativa da Saúde Coletiva, ou ainda que as disciplinas que dialogam com a EAN são aquelas voltadas às Ciências Sociais, como pode ser visto nas falas abaixo. Atrelado a isto, algumas docentes também afirmaram que os alunos só conseguem enxergar a importância da EAN após cursarem a disciplina de Educação Nutricional. No entanto, é notório que a formação como educador não pode se dá em apenas uma disciplina, pois é uma responsabilidade do curso e de todos os seus docentes (FRANCO; BOOG, 2007).

> “Educação Nutricional tradicionalmente ela foi muito ligada, muito identificada e associada como se fosse um atributo e uma prerrogativa da saúde coletiva, na área da saúde pública, só que a gente tenta desconstruir essa perspectiva, certo?” (Morango).

> “ [...] há alguns temas que a gente discute, eles associam com esses temas, de certa forma, fazem um link com alguma coisa que viu em outra disciplina, politicas publicas, a gente consegue muito dialogar com politicas públicas, inclusive foi eu que dei politicas públicas a essa turma desse semestre. Aí o diálogo é muito mais fácil em relação a isso, né, aí eu também tento trazer pra realidade da saúde pública como um todo. Mas outros professores, eu

> observo esse dialogo em relação a psicologia, em relação a temas de filosofia" (Cajá).
>
> "[...] mas eu percebo que outros professores não têm essa preocupação e nem discutem esses temas relacionados a isso aí, com exceção de Técnica Dietética, políticas públicas, aí trabalham um pouco com EAN" (Mangaba).

Em relação a existência do componente EAN nos estágios do curso de nutrição, foi possível observar a ideia de que há uma maior presença desse componente nos estágios de Saúde Coletiva, concordando com os achados de Franco (2006), onde a maioria das docentes citou essa área como campo de atuação do graduando enquanto educador.

A desvalorização do componente EAN pelos professores de outras áreas de concentração da Nutrição, que não a saúde coletiva, é histórica e faz parte da linha do tempo de desenvolvimento da EAN no Brasil. As ações de EAN ficaram relegadas a um segundo plano até serem retomadas na década de 90 devido ao aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e também devido a valorização das ações de promoção da saúde (BOOG, 2013).

Outro aspecto que contribui para esta desvalorização neste campo de conhecimento é o fato de existir no imaginário dos nutricionistas a ideia de que o papel de educador em nutrição se esgota na comunicação de fatos da ciência da Nutrição, por pensar que comunicar com clareza uma informação da nutrição já possa ser considerado como "educar", o que não é verdade. Aprofunda-se sobre fatos científicos e pouco sobre as dificuldades das pessoas para mudarem suas práticas alimentares (BOOG, 2013).

5.3.5 O professor e a disciplina "Educação Nutricional": capacitação e atuação em EAN

No intuito de conhecer a respeito da preparação das docentes para ministrarem a disciplina Educação Nutricional, foi-lhes questionado qual a capacitação recebida quando receberam a responsabilidade de assumir tal disciplina. A maioria afirmou que foi autodidata e que procurou embasamento teórico em livros e artigos científicos, destacando, no entanto, o fato de considerarem uma grande dificuldade, a possibilidade de encontrar referenciais teóricos referentes à

EAN. Achterberg e Miller (2004) afirmaram a inexistência de uma teoria específica para educação nutricional e dois anos depois, Franco (2006) concluiu em sua pesquisa que não foi identificada uma delimitação teórica abarcando os conhecimentos de Educação Nutricional por parte dos docentes participantes da sua pesquisa. Destaca-se ainda, que as docentes expressaram que o fato de terem vivenciado experiências profissionais externas à sala de aula, proporcionou uma melhor desenvoltura acadêmica e a possibilidade de utilizar a experiência prática durante a ministração de suas aulas.

É interessante destacar o relato de uma docente que afirmou ter tido a oportunidade de a professora anterior a ela, responsável pela disciplina Educação Nutricional, ter defendido seu mestrado na área de Educação Nutricional e, antes de lhe repassar a disciplina, proporcionou-lhe certa capacitação, onde se desenvolviam diálogos a respeito do tema, havendo também acesso a sua dissertação que continha discussões sobre a sistematização teórica da EAN no sentido mais ampliado, como pode ser observado na fala abaixo. Também é importante discorrer o fato de uma professora expressar ter trabalhado em uma empresa que atuava com Educação Alimentar e Nutricional para crianças em escolas.

> "Bom, eu tive um privilégio que, [...] assumi essa disciplina de uma colega, que é a professora [...] e ela, acabado ela tinha defendido uma dissertação de mestrado que foi exatamente uma reflexão, sobre essa questão o pensar e o fazer Educação Alimentar e Nutricional. [...] Uma reflexão bem crítica que é um trabalho extremamente atual ainda hoje, então, ela se aposentou e aí a gente começou a dialogar muito. [...] a gente teve acesso a dissertação dela que trazia toda a sistematização teórica nesse sentido mais ampliado mesmo e a gente meio que dessa forma foi capacitado, digamos assim por ela, né? [...] eu tive essa questão que favoreceu, foi essa escola fantástica com minha colega, porque ela passou a disciplina pra gente. Mas antes ela passou toda essa discussão, a gente discutia muito, trocava, eu participei primeiro com ela em sala de aula, a gente dividia a disciplina com ela, ela já trabalhava comigo na metodologia" (Morango).

5.3.6 Critérios de avaliação utilizados pelo professor

Um dos aspectos abordados na entrevista foi o método de avaliação de aprendizagem discente que as professoras utilizavam na disciplina de educação

nutricional. A maioria expressou fazer uso de prova escrita tradicional. Franco (2006) em sua pesquisa encontrou que as professoras relataram fazer uso de uma prova dissertativa, mas que esta não seria a principal forma de avaliação.

Também foi possível perceber a utilização de estudos dirigidos dissertativos com consulta e em dupla, e ainda, avaliação de materiais elaborados para atividades práticas, como podem ser verificadas nas falas abaixo. Sem questionar a relevância que tem a produção e utilização de materiais educativos, Santos (2012) ressaltou que um material qualificado pode não ser bem utilizado se não houver formação educativa apropriada dos sujeitos que o utilizam.

> "vou fazer um estudo dirigido, né? Que vai ser em dupla com consulta, mas vai ser todo dissertativa, as questões que eu formulo são questões pra o aluno pensar e considerando tudo que foi, assim, discutido e refletido em sala de aula, entendeu? então é sempre nesse sentido" (Morango)

> "A gente avalia o material que eles elaboraram, e aí vem o objetivo que eles tinham, qual a informação que eles queriam passar para a população, o material que eles elaboraram, a apresentação desse material, se tá bem ilustrado, se ele é lúdico ou não, se ele se adequa a população em que se destina em relação a linguagem e tudo, e a gente assiste a apresentação ou atuação deles, se eles conseguiram realmente transpassar pra os indivíduos o que eles gostariam, e se a aceitação, se houve um retorno dos indivíduos, se depois disso aquela população conseguiu captar todas informações e provavelmente poderia modificar o hábito alimentar. Mas não tem prova, na avaliações não tem prova, é só a questão de formação de materiais pra Educação Nutricional" (Pêssego)

Também foi possível apreender pelas falas a utilização de avaliações contínuas como método avaliativo da disciplina, onde são observados aspectos como: confecção de material educativo, participação em sala de aula, frequência, seminários, discussão de artigos e resenha de filme, como pode ser observado nas falas abaixo. Na pesquisa realizada em São Paulo, professores também expuseram a importância dos trabalhos realizados no decorrer da disciplina (FRANCO, 2006).

> "[...] tem outras questões, resenha de filme, por exemplo, crítica de filme da área, entra síntese, painel, se eu faço um painel com convidado, então o aluno vai me entregar uma síntese crítica do que foi aquele Painel, entra na

> avaliação. Então, é uma avaliação de todo o processo da disciplina, uma coisa contínua. Não é aquela coisa que no fim do semestre eu faço, pelo contrário, são várias [...]" (Morango).

> "Nossa avaliação é para o 1º semestre eu faço avaliação contínua. A gente tem a prova, [...] a minha prova tem um peso 7 e os outros 3 pontos que completam a nota são atividade desenvolvidas durante a sala de aula" (Cajá).

> "[...] na disciplina de Educação Nutricional eu faço um sistema de avaliação constante, pela demanda de trabalhos e atividades que a gente faz [...]" (Acerola).

Importar relatar, também, que uma docente afirmou trabalhar primordialmente com exercícios de concurso e, outra professora, explicou que a IES a qual está vinculada faz uso da prova colegiada, que consiste em uma prova feita a partir de questões elaboradas por um conjunto de professores que fica disponível em um sistema próprio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados da pesquisa aponta para a necessidade de mais estudos e reflexões acerca do componente EAN na formação dos futuros nutricionistas formados no estado da Paraíba. Foi possível perceber que as docentes responsáveis pela disciplina de Educação Nutricional neste estado, necessitam de um maior formação na temática, tendo em vista ser uma abordagem relativamente nova à antigas formas de trabalhar educação na nutrição.

Desta feita, confirma-se a importância de o professor de Educação Nutricional ter linha de pesquisa voltada para a educação, sendo necessário também, existir investimento, por parte da Instituição de Ensino, em capacitações periódicas, para haver atualizações contínuas do seu corpo docente. Pois, o conhecimento da maioria das educadoras referente à discussão do componente Educação Alimentar e Nutricional no contexto atual mostrou-se desatualizado e limitado.

Quanto ao espaço que o componente EAN ocupa dentro da graduação em Nutrição, ainda mostrou-se como sendo responsabilidade de uma só disciplina. E, apesar de se ter observado avanços na ministração da disciplina, quando comparada à época da graduação em Nutrição das professoras responsáveis atualmente, percebeu-se que ainda há muitas limitações que podem interferir na qualidade da formação do nutricionista, enquanto educador.

Por fim, o aprofundamento de pesquisas relacionadas à formação do nutricionista enquanto educador mostra-se necessário, tendo em vista a sua importante e crescente atuação em Educação Alimentar e Nutricional, devendo-se também haver estudos que facilitem a visualização da prática da Educação Alimentar e Nutricional, levando em consideração toda a abrangência de seu conceito.

REFERÊNCIAS

ACHTERBERG, C.; CLARK, K. L. A retrospective examination of theory use in nutrition education. **Journal of Nutrition education**, v. 24, n. 5, p. 227-233, 1992.

ACHTERBERG, C.; MILLER, C. Is one theory better than another in nutrition education? A viewpoint: more is better. **Journal of nutrition education and behavior**, v. 36, n. 1, p. 40-42, 2004.

ALVES, E. L. A. Nível alimentar, renda e educação. **Revista Abia/Sapro**, v. 30, p. 17-44, 1977.

AMORIM, S. T. S. P.; MOREIRA, H.; CARRARO, T. E. A formação de pediatras e nutricionistas: a dimensão humana. **Revista de Nutrição**, v. 14, n. 2, p. 111-118, 2001.

ARRUDA, I. K. G.; ARRUDA, B. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 7, n. 3, p. 319-326, 2007.

BAUER, M. W. Analise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de nutrição da PUCCAMP**, v. 10, n. 1, p. 5-19, 1997.

BOOG, M. C. F. Educação Nutricional: por que e para quê? **Jornal Unicamp** Universidade Estadual de Campinas 2 a 8 de agosto de 2004.

BOOG, M. C. F. Atuação do Nutricionista em saúde pública na promoção de alimentação saudável. **Revista Ciência & Saúde** v. 1, n.1, p. 33-42, 2008a.

BOOG, M.C.F. **O professor e a alimentação escolar**. Campinas: Komedi, 2008b.

BOOG, M. C. F. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. **Mudanças Alimentares e Educação Nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BOOG, M.C.F. **Educação em Nutrição: integrando experiências**. Campinas, São Paulo: Komedi, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. **Os cursos de Nutrição no Brasil:** evolução, corpo docente e currículo. Série cadernos de Ciências da Saúde. Brasília, 1983.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução** n.5 de 07.11.01. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília; 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 2ª ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição – Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BURGESS, A.; DEAN, R. F. A. **La malnutrición y los hábitos alimentarios**. Washington: OPAS/ OMS, 1963.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. Ciências sociais e humanas nos cursos de nutrição. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CAREGNATO, R. C. A,; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, C. M.; PELIANO, A. M. Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas. In: CASTRO C. M., COIMBRA M. **O problema alimentar no Brasil**. São Paulo: Unicamp/Almed, 1985.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – Ministério da Saúde (CNS-MS). **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos** - Resolução 466 2012.

COSTA, D. **Alimentação e progresso**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saps, 1963.

COSTA, N. M. S. C. Revisitando os estudos e eventos sobre a formação do nutricionista no Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 12, n. 1, p. 5-19, 1999.

FRANCO, A. C. **Educação nutricional na formação do nutricionista**: bases teóricas e relação teoria-prática. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP, 2006.

FRANCO, A. C.; BOOG, M. C. F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 6, p. 643-655, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

GEORGE, S. **O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo**. Paz e Terra, 1978.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. Período de 1940 a 1964; **Revista de nutrição PUCCAMP**, v. 1, n. 2, p. 87-138, 1988.

LIMA, E. S. Gênese e constituição da educação alimentar: a instauração da norma. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57-84, 1998.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-98). **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v. 10, n. 2, p. 602-635, 2003.

LIMA, K. A. **Análise do processo de construção do conhecimento dietoterápico de pacientes diabéticos atendidos no programa saúde da família do município de Araras**. 2004. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

MANÇO, A. M.; COSTA, F. N. A. Educação Nutricional: caminhos possíveis. **Alimentos e Nutrição**, v. 15, n. 2, p. 145-153, 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2000.

MORIN, E. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. **Revista Baiana de Saúde Pública**, 2000.

MOTTA, D. G., BOOG, M. C. F. **Educação Nutricional** São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, ltda, 1988.

MOTTA, D. G.; OLIVEIRA, M. R. M.; BOOG, M. C. F. A formação universitária em nutrição. **Pró-Posições**, v. 14, n. 1, p. 40, 2003.

OLIVEIRA, S.I.; OLIVEIRA, K. S. Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. **Psicologia USP**, v. 19, n. 4, p. 495-504, 2008.

RAMOS, S. P. S. **A educação nutricional sob o olhar dos docentes do curso de nutrição**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2004.

REA, M. F. Substitutos do Leite Materno: Passado e Presente. **Revista Saúde Pública**, v. 24, n. 3, p. 241-249, 1990.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 5, p. 681-692, 2005.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão**. Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n. 2, p. 453-462, 2012.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. **Receitinhas para você**. 24ª ed. São Paulo: Fiesp/Sesi, 1990.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda escolar:** história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. 1997. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1997.

TRIVINOS, A. N. S. Pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p.116-74.

TURATO, E. R. Tratando e discutindo os dados para a contribuição do pesquisador ao repensar do conhecimento científico. In: _____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 507-14, 2005.

VASCONCELLOS, A. B. P. A. Políticas Públicas como Norteadoras das Ações em Nutrição. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. **Mudanças Alimentares e Educação Nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

WESTPHAL, M.; LIMA, C. W. V.; DUARTE, M. F. **Educação Nutricional: uma abordagem de sucesso.** In: Anais da I Jornada de Educação Nutricional da Unifesp; São Paulo, 2005.

YPIRANGA, L. Formação profissional do nutricionista: histórico dos cursos e currículos. **Revista Alimentação & Nutrição,** v. 2, n. 5, p. 58-60, 1981.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AO COORDENADOR DO CURSO DE NUTRIÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

Questionário para o coordenador do Curso de Nutrição referente à coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: *Perspectiva e prática dos professores de Educação Alimentar e Nutricional nos cursos de Graduação em Nutrição na Paraíba.*

Orientadora: Profª Ms. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso

Orientanda: Hallynne Leandro Rodrigues Alves

---

1. Nome do (a) coordenador(a) do Curso de Nutrição:_____
1.1. Formação: ( ) Nutricionista ( ) Outro _____ 1.2 Maior titulação: _____

2. Nome da Instituição: _____

3. Endereço da Instituição:_____

4. Telefone da Instituição: (___) _____

5. Ano de início do funcionamento do Curso de Nutrição:_____

6. Ano da autorização para funcionamento do Curso de Nutrição:_____

7. Ano do reconhecimento do Curso de Nutrição:_____

8. Organização Acadêmica:
8.1. Faculdade ( ) 8.2. Faculdades Integradas ( ) 8.3. Centro Universitário ( )
8.4. Universidade ( ) 8.5. Outra Especificar: _____

9. Organização Administrativa:
9.1. Privada Filantrópica ( ) 9.2. Privada Particular ( ) 9.3. Privada Comunitária ( ) 9.4. Pública Estadual ( ) 9.5. Pública Municipal ( ) 9.6. Pública Federal ( )
9.7. Outra Especificar_____

10. Número de vagas oferecidas por horário de funcionamento e vestibular:
10.1. Matutino vagas por semestre _____ vagas por ano _____ ( ) Não se aplica
10.2. Integral vagas por semestre _____ vagas por ano _____ ( ) Não se aplica
10.3. Noturno vagas por semestre _____ vagas por ano _____ ( ) Não se aplica

11. Número de egressos no ano de 2013. _____

12. Quantos professores nutricionistas compõem o corpo docente do curso:

_____ Graduados _____Especialistas _____Mestres _____ Doutores _____Pós doutores

13. Há algum Programa ou Projeto no Curso que tenha a Educação Nutricional como estratégia norteadora? ( )Não ( ) Sim – Qual (is) _____

14. Quando os alunos entram em contato com a prática no curso de Nutrição desta instituição?
14.1. Semestre _____Ano _____
14.2. Em qual disciplina ou estágio _____
14.3. Você saberia dizer qual (is) atividade(s) são desenvolvidas neste primeiro contato do aluno com a prática? Se sim, quais? _____

15. Por favor, anexe a este questionário o Fluxograma do Curso de Nutrição.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AO DOCENTE DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

Questionário para o docente responsável pela disciplina de Educação Alimentar e Nutricional referente à coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: ***Perspectiva e prática dos professores de Educação Alimentar e Nutricional nos cursos de Graduação em Nutrição na Paraíba***

Orientadora: Profª Ms. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso

Orientanda: Hallynne Leandro Rodrigues Alves

---

1. Nome:_____
1.1 Idade:_____ 1.2 Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2. Tempo de docência como professor do curso de Nutrição (*não apenas nesta instituição*)?_____

3. Em relação a esta Instituição:
   3.1. Qual seu vínculo? Substituto ( ) Titular ( )
   3.2. Tempo de docência _____ ano(s) _____mês(es)
   3.3. Tempo de docência nesta disciplina _____ ano(s) _____mês(es)
   3.4. Qual sua carga horária total? _____

4. Já ministrou a disciplina Educação Nutricional em outra Instituição? ( )Não ( ) Sim

5. Tem experiência na atuação profissional como nutricionista no campo da Educação Nutricional (*outras experiências profissionais além da docência*)? ( ) Não ( ) Sim, de que forma?_____
_____6.

Qual a sua formação?

6.1. Graduação – Concluída em _____/_____
Curso _____ Instituição _____
Cidade _____ Estado_____

6.2. ( ) Pós-graduação *Latu Sensu* – ( ) Em andamento/ Ano do Início ____ ( ) Concluído em _____
Curso _____ Instituição _____
Cidade _____ Estado_____

6.3. ( ) Pós-graduação *Latu Sensu* – ( )Em andamento/ Ano do início _____ ( )Concluído em _____
Curso _____ Instituição_____
Cidade _____ Estado_____
Caso possua mais pós-graduação Latu Sensu, favor inserir abaixo.

6.4. ( ) Pós-graduação *Strictu Sensu*

6.4.1. ( ) **Mestrado:** Em andamento/ Ano do início _____ Concluído em _____
Curso _____Instituição_____
Departamento_____Linha de pesquisa_____
Cidade_____Estado_____
6.4.2. ( ) **Doutorado:** Em andamento/ Ano do início _____ Concluído em _____
Curso _____ Instituição _____
Departamento_____ Linha de pesquisa_____
Cidade_____Estado_____

6.4.3 . ( ) **Pós-doutorado:** Em andamento/ Ano do início _____ Concluído em _____
Curso _____ Instituição _____
Departamento_____ Linha de pesquisa_____
Cidade_____Estado_____

7. Durante a sua graduação, a disciplina Educação Nutricional:
7.1 Foi ministrada de forma que despertasse interesse pela área?
( ) Não: Por que?_____
( ) Sim: Como?_____

7.2 Houve atividade prática?
( ) Não
( ) Sim. Quais?_____

7.3 Ao concluir a disciplina, sentiu-se capacitado (a) para atuar no campo da Educação?
( ) Não: Por que?_____
( ) Sim: Por que?_____

8. Durante a sua atuação profissional, o conhecimento acerca das temáticas pertinentes a Educação Nutricional mostrou-se necessário?

( ) Não. Por que?_____

( ) Sim. Por que?_____

9. Você considera sua metodologia de ensino diferenciada da utilizada durante sua graduação?

( ) Não. Por que?_____

( ) Sim. Por que?_____

10. Você desenvolve algum projeto nesta Instituição que tenha a Educação Nutricional como estratégia norteadora? ( )Não ( ) Sim – Qual (is)? _____

11. A disciplina Educação Nutricional que você ministra nesta instituição contempla atividades práticas?

( ) Não. Por que? _____

( ) Sim. Quais?_____

12. Qual a carga horária da disciplina Educação Alimentar e Nutricional que você ministra (*Teórica e Prática*)?

_____.

13. Por favor, anexe a este questionário os seguintes documentos:
13.1 Cronograma da disciplina Educação Nutricional
13.2 Plano de curso da disciplina Educação Nutricional

APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

Roteiro de Entrevista – Perspectiva e prática dos professores de Educação Alimentar e Nutricional nos cursos de Graduação em Nutrição na Paraíba.

---

*Data/hora/Instituição/Professor

- Apreender a percepção do professor a respeito do conceito da Educação Alimentar e Nutricional
- Apreender a percepção do professor a respeito do objetivo da disciplina Educação Nutricional
- Objetivo enquanto professor da disciplina – o que o professor deseja que o aluno aprenda.
- Importância atribuída a disciplina pelos professores, alunos e sociedade
- Diferença entre Orientação e Educação alimentar
- Educação Alimentar X Educação Alimentar e Nutricional
- Campo de aplicação dos conhecimentos de Educação Nutricional – considera que o aluno formado consegue exergar a educação alimentar e nutricional na vida profissional. Ver se o aluno nota a importancia
- Empoderamento do ALUNO para lidar de forma prática nas diversas situações do trabalho em que se aplica a Educação Nutricional

- Formação do professor para ministração da disciplina, bem como para atuação no campo da Educação Nutricional.

a. Recebeu capacitação da instituição ou procurou por si mesmo os meios de capacitação...

- Relevância da carga horária prática e teórica (Divisão teoria/prática)
- Percepção sobre o que é a prática em Educação Alimentar e Nutricional
- Disciplina(s) e estágio(s)
- Critérios de avaliação do aluno
- Avaliação da preparação dos alunos para atuar nos espaços da Educação Nutricional nas políticas públicas do governo.
- Lançamento do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas em 2012 – qual o seu olhar, seu posicionamento.
- Maior dificuldade vivenciada relacionada a Educação Alimentar e Nutricional

APÊNDICE D - CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

Cuité-PB, ____de _____de 20____

Ilmo(a). Sr. (a) Prof.(a). _____
Coordenador(a) do Curso de Nutrição da _____

Conforme contato anterior realizado por telefone, encaminho termo de consentimento livre e esclarecido e o instrumento de coleta de dados de minha pesquisa para produção do trabalho de conclusão de curso, que tem como título "Perspectiva e prática dos professores de Educação Alimentar e Nutricional nos cursos de Graduação em Nutrição na Paraíba", cujo objetivo é apreender a perspectiva dos professores de Educação Alimentar e Nutricional do curso de Nutrição, que lecionam em universidades públicas e privadas na Paraíba a respeito da formação em Educação Alimentar e Nutricional. O apoio dos coordenadores de curso e a colaboração direta dos docentes responsáveis pela referida disciplina são fundamentais à consecução da pesquisa. Desta forma, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos e agradeço antecipadamente a sua atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso
Orientadora

Hallynne Leandro Rodrigues Alves
Pesquisadora

Graduação em Nutrição
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-CAMPUS CUITÉ

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O COORDENADOR(A) DO CURSO DE NUTRICÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) coordenador (a), o (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: "*Perspectiva e prática dos professores de Educação Alimentar e Nutricional nos cursos de Graduação em Nutrição na Paraíba*", referente ao trabalho de conclusão de curso da aluna de graduação Hallynne Leandro Rodrigues Alves, sob a orientação da professora Ms. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, ambas vinculadas ao Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de campina Grande.

O objetivo da pesquisa é apreender a perspectiva dos professores de Educação Alimentar e Nutricional dos cursos de Nutrição, que lecionam em instituições de ensino superior da Paraíba, a respeito da formação em Educação Alimentar e Nutricional.

Caso aceite participar da pesquisa, sua participação consistirá apenas em responder um questionário enviado eletronicamente por e-mail contendo questões relacionados à informações gerais sobre o curso de Nutrição coordenado pelo (a) senhor (a).

Destacamos que as informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais e é assegurado o sigilo sobre sua participação, de acordo com as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. Os resultados serão divulgados somente como achado científico do conjunto de dados obtidos, sem correlação com a identificação pessoal de nenhuma das instituições ou docentes. O (a) senhor (a) poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo. Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes desta pesquisa científica.

Agradecemos sua participação.

Cordialmente,

_____
Hallynne Leandro Rodrigues Alves
Pesquisadora

_____
Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso
Pesquisadora - Orientadora

Endereço para contato e esclarecimento de dúvidas:
Unidade Acadêmica de Saúde
Centro de Educação e Saúde
Universidade Federal de Campina Grande
Olho D´Agua da Bica s/n - Cuité-PB
CEP: 58175-000 - Tels: (83) 3372-1900/9931-9774
Endereço eletrônico: vanillepessoa@gmail.com
Endereço para contato com o Comitê de Ética: CEP/ HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

Eu, _____declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa "*Perspectiva e prática dos professores de Educação Alimentar e Nutricional nos cursos de Graduação em Nutrição na Paraíba*" realizada pela estudante Hallynne Leandro Rodrigues Alves, sob a orientação da professora Ms. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, e concordo em participar.

_____

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA O PROFESSOR(A) DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

Prezado (a) professor (a), o (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: *"Perspectiva e prática dos professores de Educação Alimentar e Nutricional nos cursos de Graduação em Nutrição na Paraíba*", referente ao trabalho de conclusão de curso da aluna de graduação Hallynne Leandro Rodrigues Alves, sob a orientação da professora Ms. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, ambas vinculadas ao Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de campina Grande.

O objetivo da pesquisa é apreender a perspectiva dos professores de Educação Alimentar e Nutricional dos cursos de Nutrição, que lecionam em instituições de ensino superior da Paraíba, a respeito da formação em Educação Alimentar e Nutricional.

Caso aceite participar da pesquisa, sua participação consistirá em responder um questionário enviado eletronicamente por e-mail, além de uma entrevista presencial, norteada por roteiro pré-definido, a qual será gravada com o auxílio de um gravador de áudio digital para uma melhor análise de conteúdo na fase da avaliação dos resultados.

Destacamos que as informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais e é assegurado o sigilo sobre sua participação, de acordo com as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. Os resultados serão divulgados somente como achado científico do conjunto de dados obtidos, sem correlação com a identificação pessoal de nenhuma das instituições ou docentes. O (a) senhor (a) poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo. Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes desta pesquisa científica.

Agradecemos sua participação.

Cordialmente,

_____
Hallynne Leandro Rodrigues Alves
Pesquisadora

_____
Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso
Pesquisadora - Orientadora

Endereço para contato e esclarecimento de dúvidas:
Unidade Acadêmica de Saúde
Centro de Educação e Saúde
Universidade Federal de Campina Grande
Olho D´Agua da Bica s/n - Cuité-PB
CEP: 58175-000 - Tels: (83) 3372-1900/9931-9774
Endereço eletrônico: vanillepessoa@gmail.com
Endereço para contato com o Comitê de Ética: CEP/ HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545.

- -

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Eu, _____declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa "*Perspectiva e prática dos professores de Educação Alimentar e Nutricional nos cursos de Graduação em Nutrição na Paraíba*" realizada pela estudante Hallynne Leandro Rodrigues Alves, sob a orientação da professora Ms. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, e concordo em participar.

_____
Assinatura do entrevistado